

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação de mão de obra, visando à disponibilização de posto de Técnico de Refrigeração, com dedicação exclusiva, para a execução contínua de atividades de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de climatização e refrigeração instalados nas dependências do Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE/BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

DESCRIÇÃO DOS POSTOS DE SERVIÇOS					
ITENS	POSTO DE SERVIÇO	CARGA HORÁRIA	QUANT. DE POSTOS	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO GLOBAL TOTAL (R\$)
ITEM I	POSTO DE TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO DO TCE/BA	44 HORAS	02	R\$ 14.256,09	R\$ 28.512,18
TOTAL GLOBAL MENSAL:				R\$ 28.512,18	
TOTAL GLOBAL ANUAL 12 MESES:				R\$ 342.146,16	

1.2. Os serviços abrangem sistemas de climatização do tipo VRF/VRV e convencionais, incluindo equipamentos de ar-condicionado tipo split, cassete, piso-teto, bem como sistemas de ventilação e exaustão.

1.3. Para confecção da proposta, o licitante deverá utilizar as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital, sendo o código CATSERV usado somente para composição de sistema.

1.4. O Valor Global Anual é meramente estimativo, não cabendo à **CONTRATADA**, portanto, quaisquer direitos de cobrança caso o montante estipulado não seja atingido durante a vigência deste instrumento, porquanto o pagamento ocorrerá em razão da quantidade de postos de serviços efetivamente contratados.

1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. Prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 120 (cento e vinte) meses, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratada deverá prestar serviços de intermediação de mão de obra para disponibilização de Posto de Técnico de Refrigeração, destinado ao atendimento das demandas do edifício-sede do Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE/BA.

### **Planilha de Custos e Formação de Preço**

4.2. A planilha de custos e formação de preço deverá ser preenchida conforme requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e na Convenção Coletiva adotada.

4.3. A contratada deverá encaminhar a proposta comercial bem como a planilha de custos e formação de preço preenchida com a descrição do cargo conforme descrito na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

4.4. A planilha de custos anexa ao Edital deve ser adotada como referência mínima para a elaboração dos orçamentos. Contudo, caso a Convenção Coletiva de Trabalho vigente estabeleça condições, benefícios ou valores mais vantajosos aos trabalhadores, estes prevalecerão obrigatoriamente e deverão ser integralmente incorporados à planilha de cotação, garantindo-se o cumprimento das normas mais benéficas, sob pena de desclassificação.

4.5. A planilha de custos e formação de preços detalha pormenorizadamente os itens que compõem os custos envolvidos na prestação dos serviços.

4.6. Com o intuito de resguardar o interesse da Administração Pública, bem como buscar garantir a proteção do trabalhador terceirizado, a proposta da empresa deve contemplar:

4.6.1. Que o licitante entregue junto com sua proposta de preços uma declaração informando o enquadramento sindical da empresa;

4.7. As licitantes deverão apresentar as Planilhas de Custos e Formação de Preços com base em convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja enquadrada;

4.8. Caso a licitante utilize instrumento coletivo distinto do adotado neste Edital, deverá indicar em sua proposta a convenção coletiva de trabalho enquadrada;

4.9. Os salários a serem pagos serão aqueles apresentados na proposta da licitante vencedora, e não poderão ser inferiores aos estimados neste Termo de Referência, nem inferiores aos da norma coletiva a que a licitante estiver obrigada, dentre os dois o benéfico ao trabalhador;

4.10. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global;

4.11. Deverão ser demonstradas as memórias de cálculo em planilhas segregadas os custos dos uniformes, equipamentos, materiais e benefício necessários a correta execução dos serviços;

4.12. O salário base mensal mínimo para os cargos descritos na tabela do item 1.2 deste Termo de Referência, deverá obrigatoriamente constar na Proposta de Preço no valor mínimo de:

4.12.1. Para o Cargo Técnico de Refrigeração: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).

4.13. A ausência ou apresentação de valor inferior ao estabelecido implicará na desclassificação automática da proposta, em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho vigente do Sindicato da categoria – **SEAC X SINDILIMP 2025 – 2026.BA000146-2025**. Os valores referenciais devem ser estritamente observados conforme as diretrizes do Termo de Referência.

4.14. A carga horária para os Postos de serviços a serem contratados é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais:

4.14.1. Os serviços serão prestados nas dependências do CONTRATANTE, de segunda a sexta-feira, com intervalo para almoço conforme legislação vigente;

4.15. Fica estabelecido o valor de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) para **o vale alimentação** que deverá ser entregue na sua totalidade:

4.15.1. A base de cálculo correspondente a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, equivalente de segunda a sexta-feira.

4.15.2. A Empresa Contratada deverá fornecer Auxílio-Alimentação conforme Convenção Coletiva da categoria, com pagamento até o 1º (primeiro) dia de cada mês, com participação no custo limitada a 5% para o funcionário.

4.16. A empresa deverá entregar **o vale-transporte**, na sua totalidade, conforme valor mais atual do município de Salvador/BA:

4.16.1. A base de cálculo correspondente a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, equivalente de segunda a sexta-feira.

4.16.2. A Contratada deverá fornecer Vale-transporte conforme Convenção Coletiva da categoria, em prazo suficiente que garanta o direito do recebimento do benefício antes do 1º (primeiro) dia do trabalho do mês subsequente, com participação no custo limitada a 6% para o funcionário.

4.17. A Contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e posterior Contrato firmado.

4.18. Conceder aos seus empregados Plano de Assistência Odontológica Privada e Assistência Médica Privada, bem como manter em favor de todos os seus empregados, apólice de Seguro contra Morte natural ou acidental, invalidez permanentemente acidental e pagamento antecipado especial por doença profissional, nos termos da Convenção Coletiva da categoria e suas eventuais alterações;

4.19. Os demais benefícios deveram seguir conforme estabelecidos na Convenção Coletiva da categoria.

4.20. Manter, durante toda a vigência do contrato, sede, filial ou escritório no Município de Salvador ou região metropolitana de Salvador, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda relacionada à execução dos Serviços;

4.21. Obedecer aos ditames da Lei Estadual – BA nº 12.949/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual – BA nº 15.219/2014, inclusive no que tange às seguintes condições para execução do contrato:

4.22. Apresentar no prazo máximo de **05 (cinco) dias** da assinatura do contrato, os dados da conta bancária vinculada, bloqueada para movimentação e destinada exclusivamente para depósito de provisões de encargos trabalhistas e previdenciários retidas contratualmente, assumindo todos os custos e tarifas eventualmente incidentes;

4.23. Subscrever a “Autorização para Acesso do CONTRATANTE aos Saldos e Extratos da Conta Vinculada ao Contrato” e o “Termo de Autorização para Movimentação da Conta Vinculada ao Contrato”.

4.24. Os tipos e quantidades de Postos de Serviços necessários à plena execução dos serviços a serem contratados constam descritos em tabela item 1.2 deste Termo de Referência;

4.25. Local de Execução dos Serviços: **Sede TCE, sito à 4ª Avenida nº 495, Plataforma V, Centro Administrativo da Bahia – Salvador – Ba, CEP: 41.745-002;**

## **Sustentabilidade**

4.26. Não serão utilizados critérios de sustentabilidade, em razão da seguinte justificativa:

4.26.1. A contratação pretendida não causa impactos ambientais significativos, todavia a empresa contratada deverá buscar minimizar os impactos ambientais.

## **Subcontratação**

4.27. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**

4.28. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo de 10 (dias), contados da assinatura do contrato, garantia de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.29. A ausência de apresentação da garantia pela CONTRATADA, no prazo estipulado nesta cláusula, se configura como hipótese de pendência impeditiva do pagamento, nos termos dos itens 6.1 e 6.1.2 do instrumento contratual, sem prejuízos das sanções contratuais e legais aplicáveis à matéria, em especial o artigo 161, inciso X da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023;

4.30. A garantia, em qualquer das modalidades, responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais;

4.31. A CONTRATADA fica obrigada a, durante toda a vigência do contrato, reforçar o valor da garantia sempre que esta for utilizada para o adimplemento de obrigações e/ ou multas;

4.32. A garantia, quando prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, deverá a ser emitida por instituição devidamente habilitada/credenciada pelo Banco Central para tal mister, e estar vigente até, pelo menos, 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, devendo ser renovada a cada eventual prorrogação do mesmo;

4.33. Caso haja a celebração de aditivo/apostilamento contratual que enseje acréscimo ao valor contratado, a CONTRATADA fica obrigada a complementar a garantia, em igual proporção, antes da consagração do aditamento/apostila.

4.34. Nos termos do art. 20 do Decreto Estadual nº 13.967/2012, na hipótese de a CONTRATADA se negar a efetuar o reforço da garantia, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global anual efetivamente contratado.

4.35. A garantia, quando prestada na modalidade caução, somente será restituída à CONTRATADA, no montante a que está a fazer jus, após o integral cumprimento/adimplemento de todas as obrigações contratuais e multas, observadas as regras impeditivas de pagamento constantes na CLÁUSULA SEXTA;

4.36. A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente segundo critérios da instituição bancária onde se procedeu ao depósito;

4.37. Poderá ser exigida garantia adicional, caso se configure a hipótese do § 2º do artigo 97 da Lei Estadual – BA nº 9.433/2005.

## **Vistoria**

4.38. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a quinta-feira das 9:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, e sexta-feira, das 9:00 horas às 13:00 horas.

4.38.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.38.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.38.3 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.38.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. ROTINAS DE MANUTENÇÃO – SISTEMA VRF**

#### **5.1.1. Disposições Gerais**

A CONTRATADA deverá elaborar, implantar e executar o **Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC** dos sistemas VRF, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** a contar do início da prestação dos serviços, submetendo-o à **aprovação prévia da Fiscalização do Contrato**.

O PMOC deverá observar:

- a) As rotinas mínimas previstas neste Termo de Referência;
- b) As **recomendações do fabricante dos equipamentos**, especialmente **LG**;
- c) As **normas técnicas vigentes**;
- d) As condições necessárias ao funcionamento seguro, contínuo e eficiente dos sistemas.

Todos os custos relacionados à elaboração e execução do PMOC e das rotinas de manutenção serão de **inteira responsabilidade da CONTRATANTE**.

#### **5.1.2. Manutenção Preventiva – Regras Gerais**

A manutenção preventiva deverá:

- a) Ser executada **independentemente da ocorrência de manutenção corretiva**;
- b) Respeitar rigorosamente as periodicidades **mensais, trimestrais, semestrais e anuais**;
- c) Ser registrada em **relatórios específicos**, condição indispensável para liberação do pagamento;
- d) Garantir a preservação das características técnicas originais dos equipamentos e instalações.

Sempre que identificadas condições que possam comprometer o desempenho dos sistemas, a CONTRATADA deverá **comunicar formalmente a Fiscalização**, recomendando as providências cabíveis.

Caso o responsável técnico da CONTRATADA identifique a necessidade de ajustes ou complementações nas rotinas previstas, estas deverão ser **submetidas por escrito à**



**aprovação da Fiscalização.**

## **5.2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA – ROTINAS MENSAIS VRF (FABRICANTE LG)**

### **a) Condensadoras**

- Limpeza interna e externa;
- Limpeza dos quadros elétricos;
- Verificação de fixação, alinhamento e ruídos;
- Verificação de vazamentos de fluido refrigerante;
- Reaperto de terminais elétricos;
- Verificação de dispositivos de acionamento e proteção;
- Medições e registros elétricos (tensão e corrente);
- Medições de temperaturas (sucção, descarga e linha de líquido);
- Leitura de parâmetros da placa eletrônica.

### **b) Evaporadoras**

- Limpeza de filtros;
- Limpeza interna e externa;
- Verificação mecânica e elétrica;
- Verificação de sensores, válvula de expansão e bandejas;
- Ajuste do termostato;
- Medição de temperatura de retorno e insuflamento.

### **c) Ventilação e Exaustão**

- Limpeza e inspeção geral;
- Verificação de vibração, ruídos e mancais;
- Inspeção de filtros, correias, polias e dispositivos de proteção;
- Medição de diferencial de pressão.

## **5.3. MANUTENÇÃO PREVENTIVA – ROTINAS TRIMESTRAIS**

Incluem inspeções adicionais em condensadoras e evaporadoras, com foco em:

- Vazamentos de refrigerante;
- Isolamento térmico;
- Balanceamento de ventiladores;

- Quadros elétricos e rolamentos.

#### **5.4. MANUTENÇÃO PREVENTIVA – ROTINAS SEMESTRAIS**

Abrangem, entre outras atividades:

- Limpeza profunda de serpentinas;
- Verificação de dispositivos de segurança;
- Testes de válvulas, controladores e transdutores;
- Inspeção elétrica com megômetro;
- Limpeza de drenagem e sifões;
- Lubrificação e controle de corrosão.

#### **5.5. MANUTENÇÃO PREVENTIVA – ROTINAS ANUAIS**

Compreendem:

- Limpeza completa dos trocadores;
- Revisão geral elétrica e mecânica;
- Medições de superaquecimento e sub-resfriamento;
- Verificação de acesso, pintura, identificação elétrica e condições gerais dos equipamentos.

#### **5.6. MANUTENÇÃO CORRETIVA – SISTEMA VRF**

##### **5.6.1 Condições Gerais**

A manutenção corretiva consistirá no atendimento às **Ordens de Serviço (OS)** emitidas pela CONTRATANTE, sempre que houver falhas, defeitos ou paralisações, **sem ônus adicional**.

Os serviços corretivos somente serão executados **após o término da garantia dos equipamentos**.

##### **5.6.2 Prazos**

Atendimento:

- **Em até 2 horas** para ambientes críticos;
- **Em até 4 horas** para ambientes convencionais.

Solução:

- **Em até 12 horas** (ambientes críticos);
- **Em até 24 horas** (ambientes convencionais).

São considerados **ambientes críticos**: Salas de Reuniões, Plenário, Alta Administração e laboratório de informática (RACK e CPD).



### 5.6.3 Responsabilidades do técnico

- Proceder à correção de vazamentos, recolhimento e recomposição de gás refrigerante;
- Verificar e corrigir níveis de óleo do compressor;
- Atuar em entupimentos de dreno, comunicando à Fiscalização quando o problema for estrutural;
- Responder por danos a terceiros ou ao patrimônio público;
- Executar todos os serviços necessários ao pleno funcionamento dos sistemas, ainda que não explicitados neste Termo.

A CONTRATADA responderá por danos a terceiros ou ao patrimônio público pelos técnicos alocados no TCE.

## 5.7. ROTINAS DE MANUTENÇÃO – SISTEMA CONVENCIONAIS

### 5.7.1. Disposições Gerais

Compete ao técnico a execução dos serviços de **manutenção preventiva** dos sistemas convencionais de climatização, compreendendo procedimentos periódicos definidos em **cronograma de manutenção**, com o objetivo de prevenir falhas, quebras e defeitos, assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos.

O cronograma de manutenção preventiva será elaborado pela CONTRATADA e submetido à **aprovação prévia da CONTRATANTE**, podendo ser ajustado conforme necessidade operacional.

### 5.7.2. Manutenção preventiva – Regras Gerais

A manutenção preventiva deverá:

- Ser executada **independentemente da ocorrência de manutenção corretiva**;
- Respeitar rigorosamente as periodicidades **mensais, trimestrais, semestrais e anuais**;
- Ser registrada em **relatórios específicos**, condição indispensável para liberação do pagamento;
- Garantir a preservação das características técnicas originais dos equipamentos e instalações.

Sempre que identificadas condições que possam comprometer o desempenho dos sistemas, a CONTRATADA deverá **comunicar formalmente a Fiscalização**, recomendando as providências cabíveis.

Caso o responsável técnico da CONTRATADA identifique a necessidade de ajustes ou complementações nas rotinas previstas, estas deverão ser **submetidas por escrito à aprovação da Fiscalização**.

#### **5.8. Manutenção preventiva – Rotinas Mensais**

- Limpeza de painéis
- Verificar ruídos e vibrações
- Verificar óleo do compressor
- Verificar correntes
- Verificar tensão
- Verificar cárter
- Limpeza do dreno
- Limpeza da bandeja
- Inspeção e limpeza do filtro de ar
- Inspeção geral e reaperto
- Verificar temperatura BS e BU
- Verificar vazão
- Verificar condições técnicas dos equipamentos e do conforto térmico dos ambientes
- Identificação e correção de falhas
- Reparos e substituição de peças necessários à manutenção do perfeito funcionamento dos sistemas

#### **5.9. Rotinas Trimestrais**

- Vazamento
- Superaquecimento
- Super-resfriamento
- Pressão da linha
- Monitoramento de componentes sujeitos a desgaste

#### **5.10. Rotinas Semestrais**

- Danos no gabinete
- Expansão das válvulas
- Isolamento elétrico
- Limpeza das pás da condensadora
- Verifica rolamentos
- Limpeza exterior

- Verificar operação do termostato
- Verificar o Flow-Switch
- Verificar bornes
- Lubrificação de partes móveis, quando aplicável
- Ajustes e substituições programadas de componentes

#### **5.11. Rotinas Anuais**

- Verificar Filtro
- Verificar fusíveis
- Limpeza exterior dos tubos
- Limpeza e proteção dos espelhos
- Inspeções técnicas e operacionais
- Limpeza geral dos componentes;

#### **5.12. Normas Técnicas e Qualificação**

Os serviços deverão ser executados:

- Por **técnicos habilitados** conforme descrito no Item XX;
- Com utilização de **materiais, ferramentas e equipamentos adequados**, conforme boas práticas de engenharia;
- Em conformidade com as normas da **ANVISA, ABNT**, legislações específicas e recomendações dos fabricantes.

#### **5.13. Ajustes nas Rotinas**

Caso o técnico identifique a necessidade de alterações ou complementações nas rotinas de manutenção, visando maior segurança e eficiência dos sistemas, deverá **submeter formalmente a proposta à CONTRATANTE** para análise e aprovação.

#### **5.14. MANUTENÇÃO CORRETIVA – SISTEMAS CONVENCIONAIS**

##### **5.14.1 Disposições Gerais**

A manutenção corretiva consistirá na execução dos serviços necessários à **correção imediata de falhas, defeitos ou anormalidades** identificadas nos sistemas convencionais de climatização, sempre que solicitada pela CONTRATANTE.

##### **5.14.2 Prazos**

Atendimento:

- **Em até 2 horas** para ambientes críticos;
- **Em até 4 horas** para ambientes convencionais.

Solução:

- **Em até 12 horas** (ambientes críticos);
- **Em até 24 horas** (ambientes convencionais).

São considerados **ambientes críticos**: Salas de Reuniões, Audiências, Sessões, Alta Administração e laboratório de informática (RACK e CPD).

**5.15. A prestação dos SERVIÇOS DE TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO, atenderá ainda ao que segue:**

5.15.1. A carga horária para os Postos de Serviço é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

5.15.2. Os serviços serão prestados nas dependências do CONTRATANTE, de segunda a sexta-feira, com intervalo para almoço conforme legislação vigente;

5.15.3. A CONTRATADA fica obrigada a substituir de imediato as eventuais faltas dos seus empregados ligados à execução contratual, objetivando garantir que não haja descontinuidade na prestação dos serviços;

5.15.4. Eventualmente, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a alteração do horário de trabalho de determinado Posto de Serviço para atender a necessidades extraordinárias. Neste caso, serão utilizados os sistemas de banco de horas e de folgas para compensar o horário diferenciado, sem ultrapassar a jornada legal e sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

5.15.5. A CONTRATADA deverá manter registro e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, permitindo acesso aos respectivos dados, pela fiscalização do CONTRATANTE;

5.15.6. Os serviços objeto deste contrato serão executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres.

5.15.7. Os serviços devem ser executados em conformidade com as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção às pessoas, aos bens e ao meio ambiente, pertinentes à atividade.

5.15.8. As CONTRATADAS, bem como seus prepostos, ficam obrigados a manter o sigilo de quaisquer dados e informações a que tiver acesso, nos moldes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), inclusive após o termo de vigência do contrato.

5.15.9. O CONTRATANTE informará à CONTRATADA a demanda diária, bem como os tipos de serviços a serem executados durante a vigência do contrato.

5.15.10. A CONTRATADA deverá disponibilizar, **ferramenta adequada**, incluindo, mas não se limitando a: Parafusadeira, clipador, jato, maçarico portátil, bolsa coletora, pincel, bomba de vácuo, monômetro, amperímetro, capacímetro, escada, kit flangeador, jogo chaves fenda e philips, ferramentas manuais, EPIs e demais equipamentos necessários.

5.15.11. A **ausência de ferramental adequado** autoriza a Fiscalização a **paralisar os serviços**, sem prorrogação dos prazos contratuais.

5.15.12. Os materiais consumíveis necessários à manutenção preventiva e corretiva serão fornecidos pela CONTRATANTE.

5.15.13. Toda e qualquer peça identificada como defeituosa durante inspeções, medições, testes ou diagnósticos deverá ser obrigatoriamente substituída, às expensas da CONTRATADA.

5.15.14. O recebimento provisório dos serviços contratados, quando couber, ficará sob a responsabilidade de representantes do CONTRATANTE;

5.15.15. Em caso de recusa do objeto contratado, no todo ou em parte, fica a CONTRATADA obrigada a refazer/ajustar o(s) serviço(s) imediatamente, a fim de evitar a descon-tinuidade da execução contratual.

5.15.16. O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo CONTRATANTE, todos os procedimentos cabíveis da Lei Estadual-BA nº 14.634/2025;

5.15.17. Esgotado o prazo total para a conclusão do recebimento definitivo sem qual-quer manifestação do CONTRATANTE, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para fins de habilitação para pagamento.

5.15.18. O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsa-bilidade administrativa e civil do CONTRATADO por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Licitação que o origi-nou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, as facul-dades previstas na Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

## **5.16. DA DESCRIÇÃO DO POSTO DE SERVIÇO**

### **5.16.1. Requisitos do Profissional**

O profissional alocado deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

a) Formação técnica compatível, comprovada por curso técnico em refrigeração, climatização ou área correlata;

b) Experiência comprovada de, no mínimo, 1 (um) ano, em atividades correlatas, envolvendo manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização e refrigeração.

c) Capacitação obrigatória, conforme legislação vigente:

- NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR-35 – Trabalho em Altura, quando aplicável;

d) Utilização obrigatória de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, bem como fer-ramentas e instrumentos adequados, em perfeito estado de conservação e devidamente calibrados.

### 5.16.2. Atribuições do Posto Técnico de Refrigeração

Compete ao posto técnico:

- a) Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas VRF/VRV e convencionais;
- b) Realizar inspeções, testes, medições, ajustes e substituições de componentes;
- c) Atender às Ordens de Serviço emitidas pela fiscalização do contrato;
- d) Elaborar relatórios técnicos detalhados das atividades executadas;
- e) Cumprir rigorosamente as normas técnicas, de segurança, ambientais e administrativas aplicáveis.

## 6. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS POSTOS DE SERVIÇOS:

ITENS	TIPO DE POSTO DE SERVIÇO	CARGA HORÁRIA	QT DE POSTOS
ITEM I	POSTO DE TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO DO TCE/BA	44 HORAS	02
TOTAL: 2 POSTOS			

## 7. Local e horário da prestação dos serviços

7.1. **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA**, situada na Avenida nº4, nº 495, Ed. Conselheiro Joaquim Batista Neves, térreo, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador-BA, CEP 41.745-002.

## 8. Materiais a serem disponibilizados

8.1. Os materiais consumíveis necessários à manutenção preventiva e corretiva serão fornecidos pela **CONTRATANTE**, incluindo, mas não se limitando a: produto específico para higienização das evaporadoras, silicone para placa eletrônica, vaselina líquida e pastosa, desincrustante, desoxidante, protetor de óxidos, lâminas de serra, lixa de ferro, fita isolante de baixa e de alta, fita adesiva silver tape, varetas de solda, tinta preta para marcação, tintas para correção de ponto de oxidação, limpa contato, desengraxantes, terminais elétricos, parafusos, porcas, buchas, abraçadeiras para tubos, abraçadeira plástica (cinta), panos, trapos, detergentes e demais materiais necessários.

8.2. O fornecimento dos Materiais (fita adesiva silver tape, varetas de solda etc) necessários à execução dos serviços objeto deste contrato são de responsabilidade do **CONTRATANTE**, exceto aqueles discriminados no item **5.15.10**.

8.3. O fornecimento de Equipamentos, Ferramentas e Utensílios é de responsabilidade da **CONTRATADA**.

8.4. Os Equipamentos, Ferramentas e Utensílios indicados no item **5.15.10** devem ser novos, de primeiro uso, devendo a **CONTRATADA** realizar a substituição imediata em caso de quebra ou avaria que prejudique o funcionamento adequado, de modo a evitar a interrupção do Serviço.

### Uniformes

8.5. Fornecer aos empregados vinculados à execução do presente contrato a cada período de 06 (seis) meses, no mínimo 02 (dois) fardamentos completos, padronizados, de boa qualidade, adequados a cada tipo de serviço, compostos no mínimo de:

DESCRIÇÃO DO FARDAMENTO
Calça
Blusa com logomarca da empresa
Sapato Fechado
Acessórios, quando couber

8.5.1. A Contratada fornecerá fardamento novo aos seus profissionais, devendo todos os empregados estar devidamente uniformizados, no prazo de até trinta dias improrrogáveis, a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial Eletrônico do TCE-BA. O uniforme deverá ser entregue aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser fornecida ao Setor responsável do **CONTRATANTE**, no prazo de, no máximo, cinco dias a contar da entrega.

8.5.2. O uniforme deverá ser entregue aos empregados mediante recibo (relação nominal), no prazo de, no máximo, cinco dias a contar da entrega.

8.5.3. O **CONTRATANTE** poderá exigir, a qualquer momento, a substituição dos uniformes que não atendem as condições mínimas de apresentação.

8.5.4. As despesas com o fornecimento dos uniformes serão de responsabilidades exclusiva da **CONTRATADA**.

## 9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.3. A **CONTRATADA** designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de



execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

9.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do Contrato.

### **Preposto**

9.6. O preposto da Contratada, deverá uma vez por semana, visitar os locais da execução do objeto e se reunir com a fiscalização do contrato para avaliação do andamento da execução do serviço.

9.7. Em caráter excepcional o preposto poderá ser notificado a comparecer no prazo de 24 horas à reunião junto à fiscalização do contrato, para resolução de demanda emergencial na gestão contratual.

9.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

10.1. Os serviços prestados serão gerenciados e fiscalizados por Representantes do CONTRATANTE, que poderão exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, esclarecimentos, demonstrações e documentos que comprovem a regularidade do contrato.

10.2. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá à Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

10.3. Cabe ao FISCAL do contrato:

- a) observar o cumprimento da obrigação da contratada de manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação direta, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, durante toda a execução do contrato.
- b) ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha.
- c) anotar em registro todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:
  - i. fiscalizar, atestar a qualidade dos serviços e produtos, inclusive sob o aspecto quantitativo e qualitativo, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas no contrato e seu respectivo Edital, Projeto Básico e ENCARTES;
  - ii. comunicar eventuais falhas na prestação dos serviços, cabendo à contratada adotar as providências necessárias;
  - iii. acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços, não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela prestação;
  - iv. fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devem ser interrompidas;
  - v. emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial: aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
  - vi. comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela contratada;
  - vii. Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhos na empresa contratada;

viii. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

ix. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

x. efetuar os pagamentos devidos à contratada mediante a apresentação das respectivas faturas, devidamente discriminadas e atestados pelo FISCAL DO CONTRATO;

xi. Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato, no caso da não comprovação do pagamento das respectivas verbas rescisórias.

10.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Executar os serviços objetos do presente Termo de Referência, obedecendo ao disposto neste instrumento e demais documentos referentes à contratação; na Lei Federal n.º 14.133/2021, na Lei Estadual da Bahia nº 14.634/2023; na Convenção Coletiva de Trabalho das categorias correspondentes aos serviços contratados e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

11.2. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, e as seguintes disposições:

- a) acatar, cumprir e fazer cumprir, por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação do trabalho;
- b) cumprir fiel e integralmente o “Contrato de Prestação de Serviços” celebrado entre as partes;
- c) implantar, após o recebimento da autorização de início dos serviços (observados o prazo do item 9.1), a mão de obra nos respectivos postos relacionados nos locais e nos horários fixados na escala de serviço, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou a impossibilidade de assumir o posto conforme o estabelecido;
- d) fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme Item 8, e de acordo com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídios Coletivos de Trabalho, sendo que o contratado não poderá repassar os custos de qualquer um desses itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;
- e) apresentar e manter seus empregados e prepostos em serviços devidamente uniformizados;
- f) Registrar e controlar com o(s) servidor(es) indicado(s) pela Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- g) respeitar rigorosamente os horários de trabalho.
- h) fiscalizar regularmente seus empregados designados para a prestação dos serviços e verificar as condições em que estão sendo prestados;
- i) efetuar a reposição da mão-de-obra nos postos, quando solicitado pela CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois dias) após solicitação, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

- j) prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhistas vigente e de Convenção Coletiva.
- k) recrutar e selecionar os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com as qualificações mínimas e em legislação específica, fornecendo relação nominal dos selecionados, devendo indicar a função, os endereços residenciais, os horários de trabalhos e locais da prestação dos serviços;
- l) Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão- de- obra entendida como inadequada para prestação dos serviços;
- m) inspecionar os postos no mínimo 01 (uma) vez por semana em dias e horários alternados, sendo realizados, obrigatoriamente, pelo preposto, efetuando registro no Livro de Ocorrência;
- n) responsabilizar-se por seus empregados na prestação de serviços, respondendo inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados;
- o) implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de formas meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto do serviço;
- p) responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de seus empregados das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- q) indicar REPRESENTANTE e PREPOSTO para manter contato com a CONTRATANTE para o esclarecimento de dúvidas, fornecendo nome, telefone e e-mail de contato. Estes terão a obrigação de reportarem-se quando houver necessidade, ao fiscal de contrato e tomar as providências; pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas, assim como deverão prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente todas as reclamações;
- r) não contratar empregados ligados por laços de parentesco até o 3º (terceiro) grau a Servidores da CONTRATANTE;
- s) respeitar as estabilidade provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária);
- t) manter, durante a vigência da prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- u) cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do Contrato;
- v) arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços;
- w) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da prestação dos serviços;
- x) relatar à Fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação de serviços;
- y) não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- z) repor, no prazo máximo de 03 (três) dias, qualquer objeto da CONTRATANTE e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados;
- aa) ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade do CONTRATANTE ou de terceiros, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado;
- bb) assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, devendo os materiais a serem empregados, quando for o caso, receberem prévia aprovação da CONTRATANTE, que se reserva ao direito de recusá-los, caso não satisfaçam aos padrões especificados;
- cc) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado;

dd) substituir sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificação por parte desta, em até 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam justificados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou interesse de Serviço Público;

ee) instruir a mão de obra quanto às necessidades de acatar as orientações do Preposto da CONTRATADA, inclusive quanto ao cumprimento de normas internas e de segurança e medicina do trabalho da contratante;

ff) assumir todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perda ou danos e indenização oriundas de erros, danos ou quaisquer prejuízos causados pela CONTRATADA ou a relação de trabalho entre ela e sua mão -de -obra, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte da CONTRATANTE;

gg) fazer seguro de vida em grupo de seus COLABORADORES, com apresentação da apólice à CONTRATANTE quando de sua contratação ou renovação;

hh) conceder férias aos seus empregados dentro do período concessivo, sob pena de rescisão contratual, informado mensalmente à CONTRATANTE os nomes dos funcionários em férias;

ii) fornecer aos empregados equipamentos de proteção individual (EPI), com base no art. 30 do Decreto n.º 9.580, de 22 de novembro de 2018, devendo apresentar certificado de aprovação, nos termos do disposto no art. 167 da CLT, emitido pela Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência por meio de sistema eletrônico simplificado.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.3. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

12.4. Não permitir que os empregados da contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pelo chefe da unidade do Setor de Transporte, desde que observado o limite da legislação trabalhista.

12.5. Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada;

12.7. Não praticar atos de ingerência na Administração da contratada, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

12.8. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;

12.9. Disponibilizar instalações sanitárias e, quando possível e necessário, local para guarda de uniformes e outros pertences necessários para o bom desempenho dos serviços;

12.10. Proporcionar à CONTRATADA, as facilidades necessárias à boa prestação dos serviços;

12.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

12.12. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;

12.13. Assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços, objeto da contratação, de forma a garantir que aqueles continuem a ser os mais vantajosos para a Administração.

### **13. CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E SOCIAIS E DA CONTA-CORRENTE VINCULADA.**

13.1. Deverá ser retido mensalmente do valor faturado pelas empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados o percentual equivalente às provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, abono de férias, décimo terceiro salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários, social e FGTS sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário que será depositado exclusivamente em banco público oficial, conforme arts. 1º e 2º da Lei Estadual nº 12.949/2014.

13.2. O montante dos depósitos da conta vinculada, será igual ao somatório dos valores das provisões incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) Férias e um terço constitucional de férias;
- c) Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;
- d) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário;

13.3. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do Contratante para utilizar os valores da conta depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

13.4. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à instituição financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

13.5. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

13.6. A empresa deverá apresentar ao órgão contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

13.7. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado ao respectivo titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.



13.8. O Percentual Final apurado reflete a razão entre a Totalidade das Provisões de encargos trabalhistas a serem retidos e o Valor bruto faturado.

13.9. A Totalidade das Provisões é o somatório dos produtos da retenção mensal pelo quantitativo de postos de serviços contratados.

13.10. Aplicando-se o somatório dos percentuais relativos às provisões obrigatórias, sobre a totalidade da remuneração mensal de cada posto (totalidade dos componentes salariais), ambas discriminadas na composição de custos da proposta da **CONTRATADA**, obtém-se a Retenção mensal.

13.11. A Composição de Custos da proposta da **CONTRATADA** deverá respeitar os percentuais mínimos relativos às provisões de encargos trabalhistas, sociais e previdenciários a serem retidos, conforme estabelecidos no Anexo Único do Decreto nº 15.219/2014;

13.12. Como condições para execução do contrato, a **CONTRATADA** adotará as providências necessárias à abertura de conta vinculada a este instrumento contratual, assumindo os custos eventualmente incidentes e apresentando os dados de respectiva conta ao **CONTRATANTE**.

13.13. A **CONTRATADA** também assinará, no ato da celebração do contrato, a "Autorização para Acesso do **CONTRATANTE** aos Saldos e Extratos da Conta Vinculada ao Contrato" e o "Termo de Autorização para Movimentação da Conta Vinculada ao Contrato".

13.14. Os valores correspondentes aos percentuais retidos, nos termos do **item 6.1**, serão depositados na data do vencimento da fatura, em conta-corrente específica, vinculada ao instrumento contratual, bloqueada para movimentação e aberta em nome da **CONTRATADA** junto ao Banco, unicamente para essa finalidade.

13.15. O saldo da conta vinculada, enquanto retido, será monetariamente corrigido pela caderneta de poupança ou outro índice definido entre o **CONTRATANTE** e o Banco, sempre escolhido o de maior rentabilidade e que não apresente riscos.

13.16. A liberação de recursos da conta vinculada dependerá de prévia autorização do **CONTRATANTE**, e se dará mediante solicitação da **CONTRATADA** e respectiva comprovação dos pagamentos efetuados aos empregados, nas situações e na forma previstas no Decreto Nº 15.219/14.

13.17. Na hipótese de determinação judicial para bloqueio e transferência de valores da conta vinculada, a **CONTRATADA** deverá ser notificada para repor o valor bloqueado ou transferido, em até 30 (trinta) dias antes do termo final originário do contrato, sob pena de impossibilitar sua prorrogação.

13.18. Após a extinção do contrato e a devida comprovação, pela **CONTRATADA**, do cumprimento das obrigações e quitação de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários indicados na Lei Estadual nº 12.949/2014 e no Decreto Estadual nº 15.219/2014, proporcional ao tempo integral do serviço prestado pelos empregados, havendo saldo remanescente na conta vinculada, este será liberado em favor da **CONTRATADA**.

13.19. Casos omissos relativos ao quanto disposto no **item 12** deverão obedecer aos ditames da Lei Nº 12.949/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual-Ba Nº 15.219/2014 e posteriores alterações.

## **14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Não mantiver a proposta.

14.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do sub item acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do sub item acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.3.2. Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso na entrega do objeto ou parte dele, calculada sobre o respectivo valor, respeitado o limite de 20% (vinte por cento) e observado o valor mínimo de R\$ 50,00;

14.3.3. Multa de 20% (vinte por cento), aplicada sobre o valor total da obrigação, pela não aceitação da nota de empenho; ou pela não entrega do(s) item(ns); ainda, pela não assinatura do instrumento contratual, se houver; ou pela não prestação da assistência técnica ou pela sua prestação em desacordo com as condições avençadas, quando for o caso;



14.3.4. Multa de 10% (dez por cento), a ser aplicada sobre o valor correspondente ao item ou parte do item entregue com defeito e/ou fora das especificações exigidas, a qual será descontada do valor relativo à próxima fatura a ser paga. Quando aplicada no último mês do fornecimento, será descontada da garantia, se houver, caso esta tenha sido prestada mediante caução em dinheiro; se efetivada em outras modalidades, poderá ser retida do último pagamento devido;

14.3.5. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do título, em caso de protesto indevido;

14.3.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.3.7. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.3.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.4. Com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, a Contratada ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Multa, no valor de:

b.1) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor mensal do Contrato, por ocorrência notificada, nos casos da CONTRATADA:

i) Não substituir o profissional que apresente conduta inconveniente ou insatisfatória à disciplina da Corte;

b.2) 0,4% (quatro décimos por cento) por dia, sobre o valor mensal do contrato, limitada a 10% (dez por cento), nos casos descritos na tabela abaixo, observada a respectiva proporcionalidade:

<b>FATO</b>	<b>QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS AFETADOS</b>	<b>PROPORCIONALIDADE A SER APLICADA</b>
b.2.1 ) atraso, em relação às datas fixadas na legislação, no pagamento de salários, inclusive férias e 13º salário, vale-transporte e/ou auxílio-alimentação dos seus empregados, bem como quaisquer outras verbas trabalhistas ou previdenciárias;	DE 1 A 15	50%
	DE 16 A 30	75%
	ACIMA DE 30	100%

b.2.2) atraso, em relação às datas fixadas na legislação, na quitação das verbas e multas rescisórias por ocasião do encerramento do contrato de trabalho; ou  b.2.3) atraso, em relação às datas definidas neste contrato, na entrega e/ou substituição de uniformes, bem como dos recibos de entrega.		
--	--	--

b.3) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por profissional afetado, sobre o valor mensal do contrato, limitada a 2,5% (dois e meio por cento), na hipótese prevista na tabela abaixo, observada a respectiva proporcionalidade:

<b>FATO</b>	<b>PERCENTUAL DE ADIMPLEMENTO</b>	<b>PROPORCIONALIDADE A SER APLICADA</b>
b.3.1) adimplemento parcial das obrigações trabalhistas e previdenciárias.	DE 99,99% A 90,01%	50%
	DE 90% A 80%	75%
	ABAIXO DE 80%	100%

b.4) 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal do Contrato, por ocorrência notificada, nos casos da CONTRATADA:

- a) Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização;
- b) Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador;
- c) Deixar de substituir profissionais faltosos.

b.5) 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do Contrato, no caso de descumprimento de quaisquer outras obrigações previstas neste Termo de Referência, que não tenham sido objeto de previsão específica. A penalidade será aplicada a partir do segundo registro do acontecimento de mesma natureza, pela Administração, por ocorrência ou por dia, conforme o caso;

b.6) 2,5% (dois vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado para autorizar o início do conserto/reparo de veículo segurado, limitada a incidência a 2 (dois) dias;

b.7) 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado para o pagamento das coberturas/indenizações previstas no seguro contratado, limitada a incidência a 10 (dez) dias;

b.8) 20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato, na hipótese de atraso por período superior aos limites estabelecidos nas alíneas “b.1”, “b.2” ou “b.3”;

14.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparo integral do dano causado ao Contratante.

14.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e nos demais sistemas.

## **15. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### **Regime de Execução**

15.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.

### **Exigências de habilitação**

15.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

15.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

15.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

15.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

15.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

15.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.15. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

15.17. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

15.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

15.19. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

15.19.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

15.19.2. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital patrimonial líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

15.20. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

15.21. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

15.22. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

15.23. Para efeito de avaliação da capacidade financeira do licitante, será exigida declaração, com base na relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos de terceirização firmados pela licitante com entidades públicas e/ou privadas, vigentes na data da sessão pública de abertura desta licitação, não supera o Patrimônio Líquido do licitante.

### **Qualificação Técnica**

**15.24. Capacidade Técnica**

a) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

**15.25. Registro Profissional**

- a) Registro no CREA ou CFT, conforme o caso;
- b) Indicação de responsável técnico legalmente habilitado.

**15.26. Responsável Técnico**

- a) Profissional com formação compatível (engenheiro mecânico, técnico em refrigeração ou equivalente);
- b) Com ART ou TRT devidamente registrada para o contrato.

15.27. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

15.28. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**Qualificação Técnico-Operacional**

15.29. Comprovação de aptidão para execução de **serviço de técnico em refrigeração**, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

15.30. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

15.30.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

15.30.2 Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

15.30.3. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

15.30.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

15.31. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

15.32. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

**16. DA FORMA DE PAGAMENTO DO OBJETO**

16.1 O pagamento será realizado mensalmente por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado, no prazo de até 12 (doze) dias úteis contados da data de autuação do processo eletrônico, desde que a documentação atenda aos requisitos exigidos abaixo:



a) Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão, acompanhada da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e CND's expedidas pela Fazenda Estadual e Municipal; comprovantes de regularidade com o INSS; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e de prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a CONTRATADA;

c) Apresentação dos seguintes documentos referente ao faturamento:

c.1) relação nominal de funcionários, referente ao mês da prestação dos serviços, na qual constem todos os empregados que atuaram no TCE/BA, mesmo que transitoriamente em substituição à mão de obra faltante, com discriminação do período de atuação;

c.2) comprovante de depósito bancário e cópia da folha de pagamento, referente ao mês da execução dos serviços, identificando o nome e a matrícula do profissional;

c.3) Relatório detalhado das horas extras, em separado quando 50% e 100%, contendo valores unitários e totais a pagar por colaborador;

c.4) comprovante de fornecimento dos auxílios devidos (alimentação, transporte etc.), com a respectiva data da disponibilização, quantidade, valor, mês de competência;

c.5) guias de recolhimento de INSS e FGTS do mês faturado à execução dos serviços, com a Relação de Empregados (RE) constantes do arquivo SEFIP;

c.6) resumo discriminado do faturamento, incluindo o quantitativo e o número de horas de funcionamento dos postos de trabalho, bem como especificação dos descontos realizados no salário, no vale-transporte e auxílio-alimentação;

c.7) quadro demonstrativo de férias e licenças concedidas aos profissionais alocados na execução do contrato, indicando se houve ou não a ocupação do posto de trabalho, referente ao mês da prestação dos serviços;

c.8) planilha de cálculo do valor a ser deduzido na nota fiscal pela não ocupação dos postos de trabalho em caso de faltas, férias ou posto vago;

c.9) documentação completa acerca de rescisões de empregados ocorridas no mês faturado, incluindo memória de cálculo detalhada;

c.10) documentação completa acerca da admissão de novos profissionais, incluindo cópia da carteira de trabalho;

c.11) planilha de retenção da conta vinculada, conforme disposição da lei estadual nº 12.949/2014.

16.2 A nota fiscal apresentada em desacordo ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA e, nesse caso, o prazo previsto para o pagamento será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

16.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

16.4. Será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido nos valores da proposta, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.6. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.7. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.8. Registros que não caracterizam alteração e reajustes previamente acordados no contrato, podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133/2021.

## **17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

17.1. O custo estimado total da contratação para o período 12 (doze) meses é de **R\$ 342.146,16 (trezentos e quarenta e dois mil e cento e quarenta e seis reais e dezesseis centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha de custos e formação de preços.

17.1.1 O custo estimado indicado no subitem 17.1 foi obtido conforme indicado no Formulário de Justificativa de Preço e demais documentos integrantes ao Processo **TCE/001127/2026**.

## **18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1. As despesas para o pagamento do contrato correrão por conta do recurso da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

<b>Unidade Orçamentária / Gestora</b>	<b>FONTE</b>	<b>Projeto / Atividade</b>	<b>Elemento de Despesa</b>
02.101	100	2000	339037